



Orçamento da União de 2020 é aprovado e segue para sanção



Roque de Sá/Agência Senado

Valor destinado ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que será usado para custear as eleições municipais do ano que vem, será de R\$ 2 bilhões. Salário mínimo passa de R\$ 998 para R\$ 1.031

O Orçamento da União para 2020 foi aprovado ontem pelo Congresso com valor total de R\$ 3,6 trilhões e segue agora para sanção. A Lei Orçamentária Anual estima as receitas e fixa as despesas públicas. A previsão de inflação para o ano que vem é de 3,53%

e o crescimento do produto interno bruto está estimado em 2,32%.

Pelo texto aprovado, em janeiro o salário mínimo passará dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.031 — o valor previsto inicialmente era R\$ 1.039. A meta da taxa de juros é 4,40% e o câmbio mé-

dio é projetado em R\$ 4 por dólar. A meta fiscal para o resultado primário do governo central corresponderá a um déficit de R\$ 124,1 bilhões. Desde 2014, as contas públicas estão no vermelho, ou seja, descontado o pagamento dos juros da dívida, despesas superam receitas. **4 e 5**

Senado aprova transferência do Coaf para o Banco Central

O Plenário aprovou ontem a mudança do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Economia para o Banco Central e a reestruturação do órgão. A proposta segue para análise presidencial. **3**

Para Davi, 2019 foi um ano de protagonismo do Parlamento

Em balanço feito na última sessão do Congresso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que o Congresso encerra o ano fortalecido, tendo protagonizado decisões importantes, como o Orçamento impositivo. **5**

Derrubado veto a tributação especial no Minha Casa, Minha Vida

Rogério Mello/PR



O veto integral ao projeto que restabelece regime especial de tributação para incentivo a construtoras no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida foi derrubado ontem pelo Congresso, com o apoio de parlamentares governistas, que atribuíram o veto a um equívoco. Será restaurado o regime especial para a incorporação de unidades residenciais de até R\$ 100 mil, que vigorou até 31 de dezembro de 2018. **4**

Para parlamentares, veto poderia gerar insegurança jurídica a construtoras do programa

Cobrança por religação de água e energia deve ser proibida

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor aprovou ontem uma proposta do senador Weverton que proíbe a cobrança de taxa de religação

de serviços públicos, como o de abastecimento de água e energia elétrica. O projeto pode seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação pelo Plenário. **7**

A comissão aprovou ainda a proibição do corte nas sextas-feiras, para não prejudicar o consumidor no fim de semana



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Prorrogada Subcomissão de Belo Monte **6**

Aprovadas regras para produção de chocolate **8**

Senadores farão homenagem a Paulo Freire **2**

Vai à Câmara texto sobre cobrança abusiva de dívida **7**

Parlamentares aprovam créditos suplementares **5**



Senadores Weverton, Contarato, Girão, Randolfe e Irajá em Plenário, que fará sessão especial para Paulo Freire

Senado fará homenagem ao educador Paulo Freire

Na segunda-feira, Bolsonaro chamou o autor de *Pedagogia do Oprimido* de “energúmeno”. Freire foi premiado pela Unesco e reconhecido como doutor honoris causa por universidades em todo o mundo

O SENADO RESPONDEU à ofensa do presidente da República, Jair Bolsonaro, ao educador Paulo Freire com a aprovação de uma sessão especial em homenagem ao Patrono da Educação Brasileira. O requerimento partiu do líder do PDT, senador Weverton (PDT-MA), com outros senadores e foi aprovado ontem.

Ao debater a iniciativa, os senadores condenaram Bolsonaro, que, na segunda-feira, chamou Freire de “energúmeno” quando saía do Palácio do Alvorada. Ele também declarou que a programação da TV Escola “deseduca os brasileiros”.

O senador Fabiano Contarato (Rede-AP) pediu a renúncia do chefe do Executivo.

— Energúmeno é um presidente misógino, preconceituoso, sexista, homofóbico, racista, que passa uma reforma da Previdência para aumentar a desigualdade, que só beneficia banqueiros, empresários e a União e que só tem como

objetivo tirar direito dos mais pobres. Energúmeno é um presidente que não age como um verdadeiro estadista, que não sabe respeitar as instituições.

Contarato disse que não poderia se calar diante do fato e recomendou que Bolsonaro leia algumas obras, como *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Indignação*. Ele lembrou que há professores ganhando R\$ 900 em alguns estados, “profissionais que são verdadeiros missionários na luta por uma causa nobre”.

Reconhecimento

O senador Weverton lembrou que Paulo Freire dedicou toda a sua vida à causa social e reconhecê-lo é reconhecer a história do Brasil, algo que Jair Bolsonaro não sabe fazer.

— Não são apenas as universidades que precisam se indignar com tamanha agressão ao mestre da educação, mas qualquer um que saiba que um dia poderemos ser melhores se praticarmos o bem. Prati-

car o bem é apoiar, de forma intransigente, a educação e os educadores — completou.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou que Paulo Freire é o brasileiro mais homenageado de todos os tempos, reconhecido pela Unesco por seu trabalho pela educação:

— Paulo Freire é reconhecido pela Unesco, não como homem, mas, em especial, pela obra que ele empreendeu para a educação, principalmente dando luz a uma teoria nova, chamada Pedagogia do Oprimido. Quem é Paulo Freire? Quem é o senhor Jair Bolsonaro? O lugar de um, o panteão dos heróis da história; o lugar de outro, a lata do lixo da história, para onde ele caminha a passos largos — afirmou.

Também foram apresentados ontem requerimentos para a realização de sessões especiais destinadas a homenagear a imigração japonesa, o turismo ecológico e o líder espírita Divaldo Franco.

Contarato: energúmeno é quem não executa o orçamento da educação

Fabiano Contarato (Rede-ES) sugeriu ontem que o presidente Jair Bolsonaro, “limpe a boca” antes de mencionar o Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire.

Ele disse isso ao lamentar que Bolsonaro tenha se referido a Paulo Freire como um “energúmeno”. Para o senador, energúmeno é quem, na presidência da República, não executou sequer 8% do orçamento da educação infantil em 2019.

— O senhor faria muito pela nação brasileira se renunciasse, porque o desmonte está sendo operacionalizado, seja na educação, na segurança, na saúde, no meio ambiente — afirmou.

Girão faz apelo ao Ministério da Educação em favor da TV Escola

Eduardo Girão (Podemos-CE) apelou ontem para que Ministério da Educação reveja a decisão da pasta de extinguir a TV Escola, um canal fundado em 1996 e dirigido pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, com conteúdos direcionados a estudantes e professores. Para Girão, desde o início do ano a TV Escola tem se destacado pela competência e tem demonstrado uma programação comprometida com a educação, sem qualquer viés político e ideológico em sua grade, nem de direita, nem de esquerda.



Pedro França/Agência Senado

Arolde comemora sanção da Previdência dos militares

O senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) comemorou em Plenário a sanção da Lei 13.954, que trata da Previdência e da reestruturação da carreira dos militares. Segundo ele, foi cumprida mais uma etapa das reformas de que o país precisa para superar a crise.

— Essas votações ratificam de forma inquestionável o reconhecimento do inestimável papel dos militares no presente e ao longo de nossa história, não só nos momentos de conflito, como, marcadamente, em ações em tempo de paz — disse.



Pedro França/Agência Senado

Reforma da Previdência militar foi sancionada sem vetos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei que altera as regras de Previdência para as Forças Armadas, policiais militares e bombeiros estaduais. A Lei 13.954 foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. Uma das principais mudanças do texto, aprovado pelo Senado no dia 4 com parecer de Arolde de Oliveira (PSD-RJ), está no tempo mínimo de serviço para que o militar passe para a inatividade, que subirá de 30 para 35 anos.

Os servidores não terão idade mínima para se aposentar (reserva remunerada). Além disso, os militares terão reajustes anuais até 2023.

A regra de transição prevê que os militares que estão na ativa terão de cumprir pedágio de 17% em relação ao tempo que faltar para atingir o tempo mínimo de serviço de 30 anos.

O governo espera uma economia de R\$ 2,29 bilhões para os cofres da União até 2022 com a nova lei. O texto espelha as regras das Forças Armadas para as polícias militares e os corpos de bombeiros estaduais.

O projeto também cria o Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, relativo à disponibilidade permanente e à dedicação exclusiva. O adicional será maior quanto maior for a patente do militar.

Publicada lei que abre crédito de R\$ 9,6 bilhões para vários órgãos

Foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União* a Lei 13.955, que abre crédito suplementar para diversos órgãos do governo no valor total de R\$ 9,6 bilhões.

Entre as ações que serão beneficiadas com os re-

ursos a serem liberados, estão o fortalecimento e a dinamização da Agricultura Familiar; o fomento ao setor agropecuário; a expansão das instituições federais de ensino superior; e o apoio à infraestrutura para a educação básica.

Senador Paulo Albuquerque toma posse na vaga de Lucas Barreto

Paulo Albuquerque (PSD) é o novo representante do Amapá no Senado. Ele tomou posse ontem no lugar de Lucas Barreto (PSD), que entrou com pedido de licença de quatro meses por motivos de saúde, e prestou o compromisso constitucional ao assumir o cargo.

Paulo José de Brito Silva Albuquerque, de 45 anos, é médico laboratorista e já foi prefeito de Cutias do Araguari.

Além de Lucas Barreto e Paulo Albuquerque, a chapa



Marcos Oliveira/Agência Senado

Novo representante do Amapá já foi prefeito de Cutias do Araguari

eleita em 2018 tem como segunda suplente Ana Patrícia de Carvalho Ribeiro Costa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>

CDR Bicicletas e patinetes elétricos

9h Na primeira parte da reunião, apresentação do relatório de atividades da comissão. Depois, análise do PL 4.135/2019, que regulamenta uso de patinetes e bicicletas elétricas.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Transferência do Coaf para o Banco Central é aprovada e vai à sanção

Votação no Plenário teve 51 votos favoráveis e 15 contrários ao relatório, que mudou o texto do governo. MP perderia a validade ontem

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central (BC) e reestrutura o órgão. A MP 893/2019, aprovada na forma do projeto de lei de conversão do deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), segue para análise presidencial. O texto editado pelo governo perderia a validade ontem. Foram 51 votos favoráveis e 15 contrários.

O Coaf tem a atribuição de produzir informações para prevenir e combater a lavagem de dinheiro, aplicando penas administrativas a entidades do sistema financeiro que não enviarem os dados necessários a esse trabalho.

O texto enviado pela Câmara dos Deputados ao Senado traz alterações com relação ao encaminhado pelo Executivo. Entre os pontos da matéria original retirados, estão a mudança de nome do Coaf para Unidade de Inteligência Financeira (UIF) e a transformação do plenário do órgão em conselho deliberativo.

Além disso, destaque apro-



Davi Alcolumbre (C) comanda sessão em que foi aprovada a MP do Coaf

vado por acordo entre os partidos retirou das atribuições do órgão a de produzir informações para o combate ao financiamento do terrorismo.

Críticas

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) classificou a transferência do Coaf para o Banco Central como retrocesso. Segundo ele, o órgão funcionou bem no combate à corrupção e no auxílio à Operação Lava-Jato e deveria, para funcionar melhor, ficar sob a gestão do Ministério da Justiça. Ele afirmou que o sistema financeiro não tem interesse em investigar movimentações atípicas.

— Por que mudar o que

funciona com eficiência? Essa mudança é retrocesso. Essa mudança busca a ineficácia de um instrumento importante de fiscalização e controle no combate à corrupção — criticou.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) afirmou que apenas Venezuela, Camboja e Namíbia têm seus “Coafs” atrelados aos bancos centrais locais.

— Estamos nos afastando dos países que melhor combatem a corrupção — criticou.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) questionou medida provisória anterior que buscava transferir o Coaf do Ministério da Economia para o Ministério da Justiça. Segundo

ela, votar a favor do Coaf no Banco Central não é apoiar a corrupção.

— Por que se tirou de onde estava dando certo e mudou para o Ministério da Justiça? Nada contra onde esse Coaf está. Ele tem que cumprir o papel dele. E não venha dizer que ele não cumpriu quando estava no Ministério da Fazenda [atual Economia]. Não me venha dizer que quem quer mudar para o Banco Central é contra o combate à corrupção — argumentou.

Aperfeiçoamento

Ao anunciar seu voto favorável à proposta, Esperidião Amin (PP-SC) avaliou que o Banco Central tem, em tese, mais expertise do que o Ministério da Justiça para abrigar o Coaf. Para ele, cabe aos senadores “ficarem vigilantes”.

O senador José Serra (PSDB-SP) saudou o trabalho do relator e dos parlamentares durante a análise da proposta, que, para ele, aperfeiçoaram a medida.

— Como resultado de um grande esforço, a comissão mista aprimorou muito o texto enviado pelo Executivo — avaliou.

Braga diz que reforma da Previdência foi um marco para o Brasil

O líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), enfatizou ontem em Plenário o protagonismo



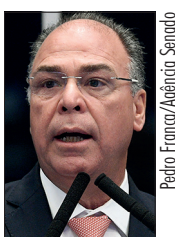
Pedro Franco/Agência Senado

do Congresso Nacional, que priorizou a votação de pautas estruturantes para o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico. Entre as votações mais importantes do ano de 2019, ele destacou a reforma da Previdência (EC 103).

— Não dava mais para aceitar que metade do Orçamento Geral da União continuasse a ser gasto para bancar o déficit previdenciário — afirmou.

Bezerra ressalta importância do novo sistema previdenciário

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) fez um balanço das propostas apro-



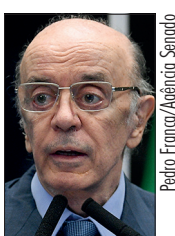
Pedro Franco/Agência Senado

ovadas pelo Legislativo no primeiro ano do governo Bolsonaro. Para o senador, o item mais importante da agenda econômica foi a promulgação da reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103), que altera o sistema de Previdência Social, a fim de “criar um sistema de aposentadorias e pensões mais justo”.

— Estamos conseguindo superar obstáculos e convergir em torno da agenda que está tirando o Brasil do atoleiro econômico — disse.

Serra: presidência da comissão mista da MP do Coaf foi destaque

Ao fazer um balanço do seu mandato em 2019, José Serra (PSDB-SP) destacou o fato de ter presidido a



Pedro Franco/Agência Senado

comissão mista da Medida Provisória 893/2019, que transferiu o Coaf para o Banco Central. O senador esteve à frente de quatro audiências públicas, com 12 dos maiores especialistas sobre o tema no Brasil. Os debates, além do encontro com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, foram, segundo Serra, fundamentais para que a comissão aprimorasse o texto enviado pelo Poder Executivo.

Adesão à convenção sobre trabalho marítimo será promulgada

O Senado aprovou ontem a adesão do Brasil ao novo texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo, aprovado em 2014 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU). O PDL 651/2019 vai à promulgação.

Autor de relatório favorável ao texto na Comissão de

Relação Exteriores (CRE), o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) ressaltou, durante a votação no Plenário, que a medida acaba com a insegurança no setor de cruzeiros.

— O Senado abre mais uma janela de oportunidades, de geração de empregos com empresas estrangeiras que terão mais segurança jurídica

para fazer cruzeiros pela costa brasileira — defendeu em Plenário.

Na CRE, a apresentação do relatório foi feita pelo presidente da comissão, senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Ele explicou que a convenção trata de condições decentes de trabalho para quem atua na navegação, regulando temas como férias remunera-

das, segurança e saúde, idade mínima para o trabalho, recrutamento, jornada mínima de trabalho e repouso, condições de alojamento, alimentação, instalações de lazer, bem-estar e proteção social.

— Essa convenção é de extrema importância neste mundo cada vez mais globalizado — afirmou Nelsinho.

Marinha poderá fiscalizar submarinos nucleares

O Plenário do Senado aprovou ontem um projeto de lei do governo que define o Comando da Marinha como o responsável pelo licenciamento e pela fiscalização das embarcações que usam propulsão nuclear ou transportam combustível nuclear. O PL 3.423/2019 segue para análise presidencial.

O relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jaques Wagner (PT-BA), lembrou que compete hoje à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), uma autar-

quia vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tratar das normas de segurança sobre materiais nucleares. Mas ainda não existe um órgão para regular o uso de materiais nucleares em situação de deslocamento permanente.

— Esse projeto acontece em razão do fato de que a Marinha do Brasil passa a ter submarino com propulsão nuclear — acrescentou Wagner.

A proposta foi apresentada pela Presidência da República em 2018 e incluída extrapauta a pedido de Paulo Rocha (PT-PA).

Plenário dá aval a empréstimos externos de três municípios

O Senado autorizou ontem três municípios a contratarem empréstimos: Araguaína (TO), Ponta Porã (MS) e Santo André (SP), no valor total de US\$ 129,9 milhões. As três operações de crédito externo seguem agora para promulgação.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ressaltou o papel da Casa na apreciação dos projetos.

— O Senado tem votado todas as matérias que dizem respeito à liberação de recursos para estados e municípios

com a celeridade devida.

Mais cedo, as três propostas haviam sido aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O empréstimo para Araguaína será feito pela Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 54,9 milhões. O financiamento para Ponta Porã poderá ser de até US\$ 25 milhões com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). E a operação de Santo André será de US\$ 50 milhões no Banco Europeu de Investimento.

Congresso aprova Orçamento da União

Texto estabelece em R\$ 2 bilhões o valor destinado ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Salário mínimo passa dos atuais R\$ 998 para cerca de R\$ 1.031. A meta da taxa de juros (Selic) é de 4,40%.

O CONGRESSO APROVOU o Orçamento da União para 2020, com valor total de R\$ 3,6 trilhões. A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e fixa as despesas públicas, ou seja, tudo que é recebido pelo governo federal e todos os seus gastos. A previsão de inflação (IPCA) no próximo ano é de 3,53% e o crescimento do produto interno bruto (PIB) ficou estimado em 2,32%. O PLN 22/2019 segue agora para sanção.

O texto aprovado estabelece que em janeiro o salário mínimo passará dos atuais R\$ 998 para cerca de R\$ 1.031, abaixo do valor inicialmente previsto (R\$ 1.039). A meta da taxa de juros (Selic) é 4,40%. O câmbio médio é projetado em R\$ 4 por dólar.

Em 2020, a meta fiscal para o resultado primário do governo central — Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central — corresponderá a um déficit de R\$ 124,1 bilhões. Desde 2014, as contas públicas estão no vermelho: descontado o pagamento dos juros da dívida, as despesas vêm superando as receitas ano a ano.

Saúde

A LOA 2020 prevê para a Saúde R\$ 125,6 bilhões, dos quais R\$ 4,3 bilhões condicionados à aprovação de crédito adicional. O Orçamento 2020 prevê R\$ 2 bilhões para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), dinheiro que servirá para

financiar as campanhas eleitorais para as eleições municipais de 2020.

O gasto total com pagamento pessoal do poder público está fixado em R\$ 344,6 bilhões. As despesas do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) somarão R\$ 677,7 bilhões e os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) serão de R\$ 60,1 bilhões. Os investimentos públicos estão previstos em R\$ 121,4 bilhões.

A despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino

será de R\$ 95 bilhões e o Bolsa Família contará com R\$ 29,5 bilhões. Para o seguro-desemprego, estão previstos R\$ 40,6 bilhões e o refinanciamento da dívida pública federal custará R\$ 917,1 bilhões aos cofres públicos no ano que vem.

Em 2020, o governo voltará a pedir autorização do Congresso para descumprir a “regra de ouro”. Será de R\$ 343,6 bilhões a autorização para emitir títulos públicos para quitar despesas correntes; neste ano foram R\$ 248,9 bilhões. A Constituição diz que operações

de crédito (emissão de títulos) só podem financiar despesas de capital (investimentos), e outras situações dependem de aval dos parlamentares.

As emendas parlamentares individuais somaram R\$ 9,4 bilhões, as emendas de bancadas ficaram em R\$ 8,1 bilhões e as emendas das comissões totalizaram R\$ 602 milhões. Todas essas emendas são impositivas, ou seja, não poderão ser contingenciadas pelo governo federal. A LOA também prevê o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira

de quatro obras com indícios de irregularidades graves, das indicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O bloqueio no próximo ano atingirá a construção da BR-040 na nova subida da serra de Petrópolis (RJ), o corredor exclusivo para ônibus (BRT) em Palmas, a Ferrovia Transnordestina e as obras do Canal do Sertão em Alagoas. Todas essas obras já constavam como bloqueadas no Orçamento de 2019.

O relator-geral do Orçamento de 2020 foi o deputado Domingos



Um único destaque foi apresentado ao projeto do Orçamento, mas foi negado pelos deputados. A sessão de ontem foi a última do Congresso Nacional no ano

Derrubado veto a projeto que incentiva construtoras do Minha Casa, Minha Vida

O Congresso derrubou ontem o veto integral do presidente da República ao projeto que restabelece regime especial de tributação para a incorporação de imóveis residenciais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PL 888/2019). A derrubada foi feita com o apoio de parlamentares governistas, que atribuíram o veto a um equívoco.

Dessa forma será restaurado o Regime Especial de Tributação (RET) para a incorporação de unidades residenciais de até R\$ 100 mil. Esse regime vigorou até 31 de dezembro de 2018, mas, com o fim do incentivo, as construtoras voltaram ao regime comum, com mais imposto a pagar. No veto, publicado na semana passada, o presidente argumentou que não havia estimativa de impacto financeiro nem indicação de medidas de compensação.

A decisão do presidente foi criticada pela maior parte dos parlamentares que se manifestaram na sessão. Um dos principais argumentos era de que o governo, na prática, queria acabar com o programa habitacional, criado no governo do ex-presidente Lula.

— Na verdade, é um ataque atroz a um dos programas que nos últimos anos mais promoveram inclusão social no Brasil. O governo, ao não conceder esse regime, inviabiliza de vez um programa que neste ano só teve retrocessos — lamentou Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do requerimento para que o veto fosse destacado.

Injustiça

Para o deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), o fim do regime especial e o veto significam o encarecimento dos

imóveis para os mais pobres.

— Hoje quem compra um imóvel do Programa Minha Casa, Minha Vida está pagando mais imposto do que quem compra um imóvel numa classe superior. É uma injustiça o que está acontecendo.

Alvaro Dias (Podemos-PR) afirmou que o tributo pago na venda de uma casa popular é 68% maior que o pago na de uma mansão. Para ele, o governo poderia buscar outras alternativas em vez de vetar o texto.

— Isso reflete o drama que vive o Brasil, com tremendas desi-

gualdades sociais. Isso robustece a distância entre ricos e pobres.

Já Zenaide Maia (Pros-RN) observou que um governo que diz “defender a família” não pode ser contra dar um teto para várias famílias brasileiras.

Acordo

O líder do PSL no Senado, Major Olimpio (PSL-SP), afirmou que a derrubada do veto era um entendimento do próprio governo, que reconheceu a insegurança jurídica que ele poderia gerar.

— Trata-se de uma orientação da própria liderança do governo, no reconhecimento de que retroceder em uma matéria dessa natureza poderia gerar insegurança jurídica, milhares de demissões e grave injustiça.

Ao defender o governo, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) afirmou que o veto foi apenas um equívoco e que a derrubada era um consenso. Para ela, o governo de Bolsonaro é o mais sensível de todos os governos aos mais necessitados.

Autor do projeto, o deputado Marcelo Ramos (PL-AM) afirmou que o entendimento inicial era de que o projeto fosse vetado

parcialmente, mas o governo foi induzido ao erro por um entendimento equivocado da Receita Federal.

— Segurança jurídica na construção civil significa estabilidade para investimento, significa geração de emprego e, acima de tudo, segurança jurídica na construção civil para imóveis do Minha Casa, Minha Vida, significa moradia digna para as pessoas mais humildes.

Regime

Por meio do RET, a incorporadora recolhia o equivalente a 1% da receita mensal para pagar o Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), as Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido (CSLL), para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O projeto estabelece que esse regime volte a produzir efeitos para as incorporações que, até 31 de dezembro de 2018, tenham sido registradas no registro de imóveis competente ou ido os contratos de construção assinados.



Em acordo com o governo, senadores e deputados restauram benefício fiscal

Orçamento para 2020

taxa Selic é 4,40% e o câmbio médio é projetado a R\$ 4 por dólar

Neto (PSD-CE). O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi o senador Marcelo Castro (MDB-PI). Durante a votação no Congresso, o relator afirmou que os parlamentares conseguiram aumentar os recursos que serão gastos na maioria das áreas, como saúde e educação.

Já Marcelo Castro acrescentou que o Parlamento conseguiu aperfeiçoar o texto da LOA enviada pelo Executivo, aumentando recursos para, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida, para universidades públicas, para a transposição do Rio São Francisco, para bolsas de pós-graduação e, principalmente, para as áreas de educação, saúde e saneamento básico.

O único destaque à LOA votado pelo Congresso foi rejeitado pela Câmara (242 votos a 167) e não precisou ser votado pelos senadores. De autoria do partido Novo na Câmara e apoiado pela Rede no Senado, o destaque não aprovado pedia a diminuição dos recursos do Fundo Eleitoral de R\$ 2 bilhões para R\$ 1,3 bilhão.

O parecer final de Domingos Neto foi apresentado ontem mais cedo na CMO. O relator informou que promoveu alterações por meio do remanejamento de despesas cujas previsões estavam superestimadas pelo Executivo.

O Ministério da Economia reconheceu, por meio de ofi-

cio, “erro” de R\$ 3,6 bilhões na Previdência Social. Com isso, Domingos Neto elevou os investimentos de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 40,5 bilhões.

Para 2020, as receitas totais são estimadas em R\$ 3,687 trilhões, incluída a expectativa de mais R\$ 7 bilhões extras nos dividendos repassados ao governo por empresas estatais, fruto da análise das receitas pelos integrantes da CMO. As despesas fixadas somam R\$ 2,77 trilhões, já líquidas do refinanciamento da dívida pública, definido em R\$ 917 bilhões.

Com Agência Câmara

Presidente do Senado se reúne com Paulo Guedes para tratar de reforma tributária

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se reunirá hoje de manhã com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para debater a reforma tributária. Davi avalia a criação de uma comissão especial para formular uma proposta a ser apresentada no primeiro semestre de 2020.

Crédito suplementar contempla vários órgãos do Executivo

O Congresso aprovou projeto de lei que destina crédito suplementar no valor de R\$ 561,6 milhões em favor de diversos órgãos do Executivo. O PLN 33/2019 vai à sanção.

A maior parte dos recursos previstos destina-se ao Ministério da Educação (45,53%), a serem usados na área de infraestrutura da educação básica e na manutenção de universi-

dades do estado de São Paulo. Para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, vão 34,77% dos recursos; para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, 15,22%; e para o Ministério da Cidadania, 2,6%. O crédito contempla ainda a Presidência da República (0,95% dos recursos), para ações de segurança institucional, e o Ministério de Minas e Energia (0,44%).



Para Davi Alcolumbre, nunca o Parlamento teve tanta participação no Orçamento federal como nesta legislatura

Parlamento foi protagonista em 2019, avalia Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, fez ontem um balanço do primeiro ano desta legislatura. Durante a última sessão do Congresso em 2019, ele classificou a legislatura de “transformadora” e “desafiadora”, com um Parlamento renovado, que saiu fortalecido e reafirmou seu papel como protagonista nas decisões importantes para o país, no “coração dos debates” da República. Davi destacou, entre outras conquistas, a aprovação do primeiro Orçamento impositivo, com a possibilidade de transferência direta de recursos para estados, municípios e o Distrito Federal.

— Nunca o Parlamento teve tanta capacidade de definição de um Orçamento federal. Antes, para determinado investimento público, os prefeitos, os governadores, os parlamentares e até ministros buscavam, de pires na mão, a ajuda do Poder Executivo. Essa relação daninha, enfraquecedora para o Legislativo, virou passado — afirmou.

O grande número de vetos presidenciais rejeitados, a deliberação sobre “temas difíceis” e o alto volume de matérias também foram ressaltados nesta legislatura, considerada por ele a mais produtiva dos últimos 24 anos.

Até o começo de dezembro, o Plenário deliberou sobre 331 proposições, um aumento de 30% em relação à média histórica. Foram 20 propostas de emenda à Constituição, 182 projetos de lei, 40 medidas provisórias, 39 projetos de decreto legislativo e

50 projetos de resolução.

Nas comissões permanentes e nas subcomissões, foram conduzidas mais de 750 reuniões, quase 400 audiências públicas e dados mais de mil pareceres.

— Além da alta produtividade, este foi um ano legislativo dos mais desafiadores, dos mais transformadores. Foi um ano legislativo que, inaugurado sob o signo da mudança, veio a ter como marca o ideal reformista.

Previdência

Para o presidente do Senado, além dos efeitos fiscais e dos benefícios para as gerações futuras, a aprovação das novas regras previdenciárias tem profundo valor simbólico e comprova o “grau de maturidade do Congresso”.

— Representa a prova da capacidade técnica, do nível de responsabilidade e do poder de articulação dos congressistas.

Entre os projetos aprovados, ele destacou a definição do feminicídio como um crime inafiançável e imprescritível, a criação dos cadastros nacionais da pessoa idosa e de pessoas desaparecidas, a carteira de identificação da pessoa com transtorno do espectro autista, o Programa Médicos pelo Brasil; a atualização do Revalida, o Marco Legal do Saneamento Básico, as renegociações das dívidas rurais, o investimento de capital estrangeiro no setor aéreo e a alocação de R\$ 1 bilhão para a proteção das florestas.

Davi destacou também a aprovação “da maior concessão de

crédito suplementar ao Poder Executivo em toda a história do Brasil”, no valor de R\$ 248,9 bilhões, por meio do Projeto de Lei do Congresso (PLN) 4/2019. Recurso que possibilitou o pagamento de aposentadorias, a manutenção do Bolsa Família e a continuidade do Plano Safra.

Considerados todos os 49 PLNs apreciados neste ano, o Congresso autorizou a liberação, ao Poder Executivo, de mais de R\$ 330 bilhões sob a forma de créditos adicionais.

— Uma quantia significativa que nos permite apreciar o nível de responsabilidade e a magnitude do protagonismo reservado a este Congresso Nacional, na condição de guardião soberano das contas públicas — observou.

Segundo ele, a definição das proposições a serem analisadas é uma construção de “extrema responsabilidade”.

— Fomos atrás de fazer tudo aquilo que era necessário. Não sentei nesta cadeira para ser irresponsável, e ainda que pese sobre meus ombros a responsabilidade de uma ou outra decisão impopular, não será um tuitaço que porá em risco os rumos do país. Pelo menos não no que diz respeito ao Congresso Nacional.

Ao reforçar a parceria com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a quem classificou como um “estadista”, e com os líderes partidários, Davi Alcolumbre agradeceu pelo empenho nos acordos obtidos nesta legislatura, com expectativas otimistas para 2020.

Veto que aguarda votação há dez anos abrirá a pauta do Congresso em 2020

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou a inclusão na pauta de um veto que está há dez anos aguardando votação e que será o primeiro item analisado pelo Congresso em 2020. O veto deverá ser parcialmente derrubado, permitindo que os servidores da antiga Secretaria de Receita Previdenciária migrem para a carreira de analista tributário da Receita Federal.

A Secretaria de Receita Previdenciária existiu entre 2005 e 2007 e centralizava a arrecadação e a

fiscalização das contribuições sociais a cargo do INSS. Quando o órgão foi extinto, os seus servidores foram transferidos para a Secretaria da Receita Federal.

Em 2008, o Congresso acrescentou um dispositivo à MP 441, que reestruturava várias carreiras federais, para inserir esses servidores na carreira de analista tributário da Receita. A medida foi sancionada no ano seguinte (Lei 11.907, de 2009), mas essa mudança foi vetada pelo então presidente Lula.

O argumento para o veto foi o de que os servidores não tinham feito o concurso específico para o cargo de analista tributário nem desempenhavam as atribuições da função. A migração também representaria “um substancial reajuste da remuneração” dos servidores, segundo a justificativa do Executivo. O veto entrou na pauta da sessão do Congresso de ontem, por articulação do senador Marcos Rogério (DEM-RO).

— Esses servidores ficaram num limbo jurídico, sem o en-

quadramento devido de suas funções. Eles pleiteiam há muito tempo essa justiça.

Davi salientou que a negociação dizia respeito apenas a esse dispositivo. O Veto 8/2009 afeta 20 trechos da lei, mas os outros 19 não devem ser derrubados pelo Congresso.

— Algumas lideranças tentaram levar ao conhecimento da opinião pública que nós estávamos apoiando a derrubada integral do veto. Não é verdade. Assumi o compromisso com essa demanda.

Davi e Marcos Rogério explicaram que a votação do veto ficará para 2020, em função de um acordo feito com o Ministério da Economia. Segundo a Constituição, vetos devem trancar a pauta do Congresso depois de 30 dias sem deliberação, mas até 2012 essa regra não era cumprida. Os vetos anteriores a 2013 continuam à espera de análise dos parlamentares, mas sem trancar a pauta. A votação de cada um deles depende de decisão do presidente do Congresso.

Subcomissão de Belo Monte continua até o fim de 2020

Colegiado que acompanha construção de usina hidrelétrica na bacia do Rio Xingu, no norte do Pará, aprovou a prorrogação e o relatório parcial das atividades de seu primeiro ano de funcionamento

A SUBCOMISSÃO DA Usina de Belo Monte aprovou ontem a prorrogação de seus trabalhos até o fim da próxima sessão legislativa, ou seja, até dezembro de 2020. Também foi aprovado o relatório parcial de Lucas Barreto (PSD-AP) sobre o primeiro ano de funcionamento do colegiado.

O senador descreveu que, até o momento, a subcomissão reuniu subsídios e depoimentos, mas há a necessidade de aprofundamento dos estudos e oitivas para que se possa chegar a conclusões e recomendar encaminhamentos.

— Ao final do período será apresentado um relatório final acerca dessa realidade.

O relator recuperou os debates promovidos pelo colegiado e recordou a visita feita por senadores às obras no Pará, onde foi realizada reunião técnica para o tratamento de questões relativas ao reassentamento urbano, à população ribeirinha e à situação dos produtores rurais.

O presidente da subcomissão, senador Zequinha Marinho (PSC-PA), lamentou as críticas e as informações erradas publicadas por parte da imprensa em relação ao projeto de Belo Monte. Segundo ele, o



Zequinha lamentou as críticas à hidrelétrica e foi seguido por Elmano

empreendimento é importante para a Região Norte e para o país, além de cumprir uma série de condicionantes. Só nos 11 municípios impactados pela obra foram investidos R\$ 6,2 bilhões.

— Só em Altamira [PA] foram seis reassentamentos urbanos coletivos. Gente que morava na beira do rio, em situação precária, hoje tem casa numa rua pavimentada. São mais de 4 mil famílias beneficiadas nesses reassentamentos urbanos — afirmou.

Zequinha destacou que a hidrelétrica foi construída a fio d'água, um sistema menos danoso ao meio ambiente do que as tradicionais usinas que dependem de grandes

reservatórios.

— Nossos jornalistas deveriam se informar primeiro.

O senador Elmano Férrer (Podemos-PI) concordou e disse ser testemunha dos avanços na infraestrutura da região de Altamira.

— É uma obra fantástica, que criou melhores condições de vida de pessoas em Altamira, com impacto no desenvolvimento da região — afirmou.

A Subcomissão de Belo Monte foi criada dentro da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) para acompanhar a conclusão das obras e examinar as questões sociais, técnicas, econômicas e ambientais diretamente ligadas à construção da usina.

Atleta e artista poderão ter falta escolar compensada

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem um projeto pelo qual as escolas deverão compensar os alunos da educação básica que faltarem às aulas devido a atividades desportivas ou artísticas (PL 4.393/2019). Pelo texto, do senador Flávio Arns (Rede-PR), os estudantes nesses casos serão assistidos por um regime de exercícios domiciliares ou a distância como compensação pelas eventuais ausências às aulas presenciais.

A proposta determina que o regime de substituição das

faltas só será possível se for compatível com as possibilidades da escola onde o aluno estuda e se coincidir rigorosamente com os períodos de afastamento. A concessão só será permitida a partir da entrega de um documento que comprove a convocação do estudante, devendo contar com a posterior homologação do conselho escolar.

Os estudantes desportistas terão direito ao regime especial quando participarem de competições oficiais no Brasil ou no exterior, tanto em es-

portes olímpicos quanto para-olímpicos. No caso dos artistas, valem atividades como teatro, dança, música e artes visuais. O regime especial cobrirá inclusive as fases de preparação, ensaios e apresentações fora da sede escolar.

A relatora, senadora Leila Barros (PSB-DF), apresentou emendas, entre as quais a que inclui entre os beneficiários todos os alunos que eventual ou esporadicamente precisem se ausentar da escola. O projeto deve seguir agora para a Câmara dos Deputados.

Vai à Câmara inclusão do jiu-jítsu no ensino fundamental

A Comissão de Educação (CE) aprovou o projeto do senador Chico Rodrigues (DEM-RR) que inclui a prática do jiu-jítsu no currículo do ensino fundamental. O PL 4.478/2019 pode seguir agora para a análise da Câmara.

Durante a análise do texto, Rodrigues afirmou que o jiu-jítsu passou a ser adotado como disciplina opcional em diversas escolas de Roraima nos últimos anos. Segundo seu relato, a prática tem

aumentado a motivação dos estudantes e incrementado a disciplina dos jovens.

— O jiu-jítsu traz benefícios à saúde física, ao equilíbrio mental e à interação social. Aumenta a coordenação motora e o controle muscular. Também melhora a capacidade cardiovascular e respiratória. Ainda há relatos de melhorias na capacidade de concentração, na autoconfiança e no controle disciplinar — afirmou o senador.

Instaladas comissões mistas de três medidas provisórias

Foram instaladas ontem as comissões mistas do congresso que vão examinar três medidas provisórias. A MP 898/2019 determina pagamento de 13º ao Bolsa Família, a MP 908/2019 destina auxílio aos pescadores prejudicados pelo vazamento de óleo no Nordeste e a MP 910/2019 trata da regularização fundiária em terras públicas. Também foram realizadas eleições para presidente e relator dos colegiados.

O deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP) foi eleito presidente da comissão da MP 898. Para relator foi designado o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A medida determina que o 13º pago aos beneficiários do Bolsa Família será do mesmo valor do recebimento mensal, a ser pago com a parcela de dezembro. O adicional totaliza uma injeção extra de R\$ 2,58 bilhões na economia. O Bolsa Família atende cerca de 13,5 milhões de famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e de pobreza, com renda per capita de até R\$ 178 mensais. O benefício médio pago a cada família é de R\$ 189,21.

— Vamos buscar a fonte de recursos no Orçamento da União, além de abrir o diálogo necessário com a Secretaria de Governo e com

o Ministério da Economia para buscar todos os meios possíveis que atendam as famílias que necessitam e que recebem o Benefício de Prestação Continuada [BPC] — disse Randolfe.

A comissão da MP 908 elegeu o deputado Raimundo Costa (PL-BA) como presidente. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi designado relator. O auxílio, no valor de R\$ 1.996, será pago em duas parcelas aos pescadores artesanais com atuação em área marinha ou em estuário inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Já a comissão da MP 910 elegeu o deputado Lucio Mosquini (MDB-RO) como presidente. Para relator foi designado o senador Irajá (PSD-TO). O deputado Luis Miranda (DEM-DF) foi designado relator-revisor.

A MP concede, ao longo dos próximos três anos, cerca de 600 mil títulos de propriedades rurais para ocupantes de terras públicas da União e assentados da reforma agrária. O número representa cerca de metade de uma estimativa de 1,2 milhão de posses precárias, incluindo cerca de 970 mil famílias assentadas que ainda não obtiveram título de propriedade e outros 300 mil posseiros em áreas federais não destinadas, segundo o Incra.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avança proibição a taxa para religar água e energia

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor aprovou proposta de Weverton nesse sentido

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem um projeto de lei do senador Weverton (PDT-MA) que proíbe a cobrança de taxa de religação de serviços públicos, como abastecimento de água e energia elétrica. O PL 669/2019 segue para a Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para votação pelo Plenário.

Weverton agradeceu à CTFC, afirmando que os senadores deram “um presente de Natal às famílias brasileiras”. Ele disse que acompanhará de perto a votação do projeto na Câmara, até que a medida se transforme em lei. No entender do autor, existe uma lacuna na Lei 8.978, de 1995, quanto ao restabelecimento desses serviços, e isso permite um comportamento abusivo das concessionárias. Para



Relator, Reguffe inseriu no texto proibição de desligamento à sexta-feira

Weverton, essas empresas punem duas vezes o consumidor, primeiro com o corte da prestação de serviço, depois com a taxa de religação.

O relator, senador Reguffe (Podemos-DF), acatou emenda aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que fixa como prazo máximo para a religação do serviço o interstício de 12 horas, contadas a partir do pedido do consumidor ou da quitação de eventual débito. Reguffe ainda apresentou ajustes para adequar o texto à Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração de leis.

O relator inseriu a proibição de que desligamentos ou

suspensões ocorram às sextas-feiras, “fazendo com que o consumidor sofra penalidade adicional de, obrigatoriamente, passar todo o fim de semana sem os serviços”. E para que todos os consumidores sejam contemplados, o relator propôs outra emenda incluindo essa previsão na Lei 13.460, de 2017, que trata da defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

“Consideramos a proposição absolutamente relevante, justa e oportuna. A defesa do consumidor é mais do que um princípio, trata-se de um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado”.

Empresa não poderá cadastrar clientes em promoções

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem um projeto que torna abusivo o cadastro do consumidor em promoções sem seu consentimento (PLS 33/2017). O texto aprovado foi um substitutivo de Dário Berger (MDB-SC), lido na reunião por Major Olímpio (PSL-SP). Como se trata de um texto alternativo, será necessária uma votação em turno suplementar antes de a matéria seguir para a Câmara.

A proposta original, de Rose de Freitas (Podemos-ES), previa tipificar o crime de cadastramento de consumidor em programas promocionais sem a expressa autorização dele no Código Penal. No entanto, o relator ponderou que o direito penal deve ser aplicado apenas como solução extrema, quando outros ramos do ordenamento jurídico não forem suficientes para resolver a situação. Assim, ele retirou a criminalização da prática, classificando-a como comportamento abusivo.

“O simples cadastramento de consumidor em programa promocional de instituição financeira, sem a devida autorização expressa, apesar de irregular, não caracteriza ofensa a bem jurídico ou bem da vida que justifique a intervenção do direito penal”, argumenta Dário Berger.

O relator também ampliou o alcance do projeto, estendendo sua aplicação — que originalmente era destinada apenas às instituições financeiras — a fornecedores de qualquer produto ou serviço.

Colegiado acata em 1º turno definição de produto essencial

A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem o projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para incluir a definição de produto essencial. Segundo o PL 3.256/2019, entende-se por essencial o produto cuja demora para ser reparado prejudique significativamente as atividades diárias do consumidor e o atendimento de suas necessidades básicas. Na justificativa, o autor do projeto, senador Ciro Nogueira (PP-PI), ressalta que o CDC não inseriu os itens classificados como produtos essenciais, e isso prejudica o consumidor. A relatora, senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), apresentou um substitutivo ao projeto. Ela entende que não há necessidade de listar esses itens, como sugeriu o autor. Por se tratar de substitutivo, o texto passará por turno suplementar de votação na CTFC antes de ir para a Câmara.

Centro-Oeste deve receber novas políticas de incentivo

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) pode votar hoje um projeto da senadora Simone Tebet (MDB-MS) que inclui na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) políticas de incentivo fiscal atualmente restritas às Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

Pelo PL 3.841/2019, as empresas que tenham projetos aprovados no âmbito da Sudeco até o final de 2023 terão direito à redução de 75% no Imposto de Renda e adicionais. Os projetos devem visar à instalação, ampliação, modernização ou diversificação de setores da economia considerados pelo governo prioritários ao desenvolvimento regional.

Caso o projeto de lei seja aprovado na CDR em decisão final, deve seguir para a análise da Câmara dos Deputados.

Comissão aprova regras contra cobrança abusiva de dívidas

Um projeto de lei que rege a cobrança de dívidas de consumidores foi aprovado ontem em turno suplementar pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). De Izalci Lucas (PSDB-DF), o PL 1.272/2019 visa garantir a transparência no cálculo dos valores e evitar constrangimento ou ameaça por parte dos credores durante o processo de recuperação do crédito. O texto poderá seguir diretamente para a Câmara, a não ser que haja recurso para votação no Plenário.

A relatora da proposição, Juíza Selma (Podemos-MT), apresentou parecer favorável ao texto, com emenda substitutiva para incluir a mudança no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), em vez de criar uma nova lei. Ela observou que, segundo a Lei

Complementar 95/1998, um mesmo assunto não será, via de regra, disciplinado por mais de uma norma legal.

Segundo Izalci Lucas, são cada vez mais numerosos os relatos de cobranças apresentadas na ausência do devedor, feitas a familiares, colegas de trabalho ou até mesmo vizinhos. Também são comuns, segundo ele, relatos de cobranças feitas fora do horário comercial, sem identificação e sem elementos da dívida, como juros, multas, taxas, honorários e custas.

Detalhamento

De acordo com o PL, os valores cobrados do consumidor por qualquer meio (impresso, eletrônico ou falado, como uma ligação ou gravação) deverão ser detalhados, com o valor originário da dívida e cada item adicional explicado.

Demora de contrapropaganda poderá ser punida com multa

Projeto de lei que permite a imposição de multa diária ao fornecedor que descumprir a obrigação de promover contrapropaganda foi aprovado ontem por unanimidade e em decisão final na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC). O PL 3.617/2019 segue para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

A contrapropaganda visa desfazer os efeitos negativos da veiculação da publicidade enganosa ou abusiva, de modo a corrigir a informação dada ao consumidor sobre a aquisição de produto ou a prestação de serviço.

Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

apresentou a proposta com a justificativa de que “se houver demora na divulgação da contrapropaganda, a situação nefasta se perpetuará, sob pena de não conseguir desfazer a incorreção, o que será, indiscutivelmente, prejudicial para as relações de consumo”.

Pelo projeto, a multa diária deverá ser estipulada pelos critérios estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor.

O texto teve voto favorável do relator na CTFC, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ele entende a imposição de multa diária como “forma persuasiva para que o fornecedor veicule a contrapropaganda, de forma a alertar o consumidor”.

Nelsinho destaca número de sabatinados para embaixadas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Nelsinho Trad (PSD-MS), informou ontem em Plenário que a atuação do colegiado em 2019 resultou em um dos maiores números de sabatinas para embaixadas dos últimos anos.

Ao todo, segundo ele, foram 33 indicados sabatinados, com todo o trâmite concluído.

— Eu faço este registro porque, durante o ano, houve algumas críticas no sentido de esta Casa estar postergando a sabatina e a conclusão das votações das indicações dos embaixadores.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Weverton comemora aprovação de proibição a taxas para religação

Weverton (PDT-MA) comemorou ontem em Plenário a aprovação em comissão de projeto de sua autoria que proíbe as concessionárias de serviços públicos — como as fornecedoras de água e energia elétrica — de cobrar taxas ou tarifas dos consumidores para restabelecer o serviço de religação (PL 669/2019).

— O dia de hoje não podia encerrar melhor. Então, isso foi aprovado em caráter terminativo, aqui no Senado Federal, no nosso primeiro ano de mandato, que nós conseguimos graças à luta e ao empenho de todos vocês. E muito obrigado, colegas senadores! Agora, ele vai para a Câmara dos Deputados.

Projeto que modifica as regras para produção de chocolate vai à Câmara

Texto estabelece percentuais mínimos de cacau em chocolate e derivados. Produto amargo deve passar dos atuais 25% de cacau para 35%

A COMISSÃO DE Fiscalização e Controle (CTFC) aprovou ontem substitutivo a projeto que estabelece percentuais mínimos de cacau em chocolates e derivados (PL 1.769/2019). Como se trata de texto alternativo, precisa passar por mais um turno de votação, antes de seguir para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação em Plenário.

O senador Zequinha Marinho (PSC-PA), autor do projeto, lembra que o texto foi resgatado de uma iniciativa da ex-senadora Lídice da Mata. O projeto foi arquivado com o fim da legislatura anterior. Zequinha destaca que o Brasil é o sexto maior produtor de

cacau do mundo, tendo os estados do Pará e da Bahia como os responsáveis por cerca de 90% da produção nacional.

O projeto dita parâmetros a serem observados na produção de chocolate e derivados. Exige, por exemplo, um percentual mínimo maior de cacau no chocolate amargo ou meio-amargo, correspondente a 35% do produto, em comparação à exigência de 25% do atual regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), disse que o texto pode se tornar “um marco regulatório na produção e comercialização de chocolate”. No substitutivo, ele incluiu o



Rodrigo Cunha, presidente da comissão, e Roberto Rocha, relator do texto

percentual mínimo de 10% de manteiga de cacau no cacau em pó, trocou o termo “adoçante” por “edulcorante” e a expressão “meio aquoso” por “líquidos”. O prazo para que a

lei entre em vigor também foi alterado, passando de 365 dias para 1.080. Segundo Roberto Rocha, um prazo maior é importante para que a indústria faça as adaptações.

CPI do Acidente da Chapecoense fará audiências e avaliará documentos

A comissão parlamentar de inquérito que investiga o acidente aéreo de 2016 com a Associação Chapecoense de Futebol aprovou o plano de trabalho do relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF). A CPI também aprovou a convocação do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Rogério Langanke Caboclo, requerida por Jorge Kajuru (Cidadania-GO).

Izalci explicou que as atividades serão divididas em duas etapas. A primeira prevê nove rodadas de oitivas e discussões. A segunda avaliará o

que foi apurado nas oitivas e na análise documental, para a elaboração do relatório.

Os primeiros depoimentos serão de vítimas e seus familiares sobre o desdobramento do acidente, em especial sobre as pendências indenizatórias. Em seguida, será ouvido o Ministério Público.

As quatro rodadas de audiências seguintes devem analisar possíveis relações de indicação ou atesto da empresa aérea LaMia por entidades de futebol, dirigentes da Chapecoense e representantes do município de Chapecó (SC).



Izalci Lucas, relator, e Jorginho Mello, presidente da CPI da Chapecoense

Na sétima rodada, serão convidados representantes das agências regulatórias dos países envolvidos no acidente. E as duas últimas ouvirão as

seguradoras sobre a demora na liberação do pagamento das indenizações. A próxima reunião da comissão será em 4 de fevereiro de 2020.

RÁPIDAS

AVANÇA TÍTULO DE CAPITAL DO ASSOCIATIVISMO A MARINGÁ

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem o projeto que torna Maringá (PR) a Capital Nacional do Associativismo (PL 5.289/2019). O autor da proposta, Flávio Arns (Rede-PR), explicou que o associativismo é uma das marcas registradas do município.

PEDRO LEOPOLDO (MG) DEVE SER CAPITAL DA MEDIUNIDADE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto de Eduardo Girão (Podemos-CE) que confere ao município de Pedro Leopoldo (MG) o título de Capital Nacional da Mediunidade (PL 4.976/2019), em razão de ali ter nascido o médium Chico Xavier.

COMISSÃO APROVA DIA DE SEGURANÇA NAS BARRAGENS

O 25 de janeiro deverá ser o Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens, segundo o PL 4.811/2019, de Styvenson Valentim (Podemos-RN), aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). Foi nessa data, em 2019, que ocorreu o desastre de Brumadinho (MG).

Circulação entre Brasil e Paraguai pode ser facilitada

Foi aprovada ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) mensagem presidencial pedindo a análise do acordo de integração entre os municípios fronteiriços do Brasil e do Paraguai. Assinado em 2017 pelos governos dos dois países, o acordo agora será avaliado primeiro pela Câmara e, em seguida, pelo Senado.

O Brasil já possui acordos semelhantes com a Argentina e o Uruguai, em que os moradores de cidades brasileiras que fazem fronteira com

cidades-irmãs desses outros países passam a ter um status especial, em que é permitida a livre circulação e a utilização dos serviços públicos, como escolas e hospitais. Para o deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), relator do acordo, é um grande avanço: “Temos 588 municípios brasileiros que fazem fronteira com outros países da América do Sul. Com esse acordo, os residentes das cidades-irmãs do Brasil e do Paraguai poderão circular de um lado para o outro”, afirma.



Nelsinho Trad, presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Alvaro relata drama de criança brasileira retida na França

Alvaro Dias (Podemos-PR) relatou em Plenário o drama de uma família paranaense



devido à retenção na França de uma menor, filha de mãe brasileira e pai francês. A criança tinha sido trazida ao Brasil pela mãe, vítima de violência doméstica. No entanto, em razão do Tratado de Haia, a menor teve que voltar à França para ficar com o pai. Posteriormente, a Justiça brasileira determinou que a menor regressasse ao Brasil. Porém, segundo carta do avô da criança, Ricardo Mac Donald, o governo brasileiro não tem dado apoio e a menina continua na França.

Paulo Albuquerque afirma que trabalhará pelo Amapá

Em seu primeiro discurso em Plenário, após tomar posse, Paulo Albuquerque (PSD-AP) informou ontem que continuará o trabalho de Lucas Barreto (PSD-AP), afastado por motivo de saúde, na busca do equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento do seu estado.

O novo senador destacou que, apesar de o Amapá possuir riquezas minerais inimagináveis e um grande potencial turístico, o povo ainda sofre por falta de emprego, saúde, segurança e educação.

— A nossa pauta é o Amapá. Eu estou aqui para contribuir com todos vocês, colegas senadores e senadoras, em prol do Brasil melhor.

Para Marcio Bittar, COP-25 foi “embromação”

Em discurso ontem no Plenário, Marcio Bittar (MDB-AC) disse que a Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP-25, foi uma “embromação”. Para ele, não houve acordo sobre o mercado de carbono porque os países desenvolvidos, que consomem a maior parte da riqueza do planeta, não desejam que os países em desenvolvimento cresçam economicamente.

— Está na cara que o que esses países quiseram foi lacrar as riquezas brasileiras. Eles querem nos proibir de fazer aquilo que eles fazem. E é uma pouca vergonha para nós.

